

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1993/2023

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2023.

Processo	n°	0802779-77.2022.8.19.0046,				
ajuizado p	or					

O presente parecer visa atender à solicitação de informações técnicas da **2ª Vara da Comarca de Rio Bonito** do Estado do Rio de Janeiro quanto à realização de **procedimento cirúrgico**.

<u>I – RELATÓRIO</u>

1.	Para a elaboração	deste Parecer	Técnico	foi considerad	o o documento	o médico	mais
recente	acostado aos autos (Num	. 32723380 -	Pág. 1),	emitido em 0	6 de outubro	de 2022,	pelo
médico				, em impr	esso da Secreta	aria Muni	cipal
de Saúde	e de Rio Bonito.						

2. Trata-se de Autor, com <u>paraplegia</u> devido à perfuração por arma de fogo (PAF), evoluindo com <u>úlcera por pressão</u> em região sacra e trocantérica, com laudo de ressonância magnética sugerindo **osteomielite** <u>avançada</u>. Assim, necessita de <u>avaliação pelo serviço de ortopedia</u> para definição do caso. Cídigo da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) citado: **M86.6 Outra osteomielite crônica**.

II – ANÁLISE

DA LEGISLAÇÃO

- 1. A Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, contém as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) visando superar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e aperfeiçoar o funcionamento político-institucional do SUS com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência.
- 2. A Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, publica a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.
- 3. Considerando a Política Nacional de Regulação do SUS, disposta no Anexo XXVI da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;
 - Art. 9° § 1° O Complexo Regulador será organizado em:
 - I Central de Regulação de Consultas e Exames: regula o acesso a todos os procedimentos ambulatoriais, incluindo terapias e cirurgias ambulatoriais;
 - II Central de Regulação de Internações Hospitalares: regula o acesso aos leitos e aos procedimentos hospitalares eletivos e, conforme organização local, o acesso aos leitos hospitalares de urgência; e





Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

- III Central de Regulação de Urgências: regula o atendimento pré-hospitalar de urgência e, conforme organização local, o acesso aos leitos hospitalares de urgência.
- 4. O Anexo XXXIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia.
- 5. A Deliberação CIB-RJ n° 561 de 13 de novembro de 2008 aprova a Rede de Atenção em Alta Complexidade de Traumatologia e Ortopedia.
- 6. A Deliberação CIB-RJ n° 1.258 de 15 de abril de 2011 aprova a Rede de Traumatologia e Ortopedia de Média Complexidade no Estado do Rio de Janeiro.

DO QUADRO CLÍNICO

- 1. A **osteomielite** é uma infecção óssea caracterizada pela destruição progressiva do osso cortical e cavidade medular. O termo osteomielite não especifica o organismo causador que pode ser bactéria, <u>micobactéria</u> ou fungos nem a origem da doença: piogênica ou granulomatosa. Essa infecção óssea pode ser aguda, subaguda ou **crônica**. Os ossos longos como o fêmur, tíbia e úmero são acometidos em 92% dos casos e 85% dos pacientes são menores de 16 anos¹.
- 2. A **lesão por pressão** se caracteriza por ulceração causada por pressão prolongada na pele e tecidos quando uma pessoa fica em uma posição por um longo período de tempo, como, por exemplo, deitada em uma cama. As áreas ósseas do corpo são os locais mais frequentemente afetados que se tornam isquêmicos (isquemia) sob pressão constante².
- 3. O termo **paraplegia** se refere a uma perda grave ou completa da função motora nas extremidades inferiores e porções inferiores do tronco. Esta afecção é mais frequentemente associada com doenças da medula espinhal, embora doenças cerebrais, doenças do sistema nervoso periférico e doenças neuromusculares possam também causar fraqueza bilateral das pernas³. O termo <u>plegia</u> é usado pelos neurologistas para indicar perda total de contratilidade⁴.

DO PLEITO

1. A **ortopedia** é a especialidade médica que utiliza métodos médicos, cirúrgicos e físicos para tratar e corrigir deformidades, doenças e lesões no sistema esquelético, em suas articulações e estruturas associadas⁵. A <u>ortopedia cirúrgica</u> é a especialidade que utiliza métodos médicos, cirúrgicos e físicos para tratar e corrigir deformidades, doenças e lesões no sistema esquelético, em suas articulações e estruturas associadas⁶.

⁶ Biblioteca Virtual em Saúde. Descritores em Ciências da Saúde. Ortopedia. Disponível em: http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decsserver/?IsisScript=../cgi-



¹ Hospital Infantil Sabará. Osteomielite. Disponível em: < https://www.hospitalinfantilsabara.org.br/sintomas-doencastratamentos/osteomielite/ >. Acesso em: 31 ago. 2023.

² Biblioteca virtual em saúde. Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Consulta ao DeCS – Lesão por pressão. Disponível em:http://decs.bvs.br/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

³ BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Descritores em Ciências da Saúde. Disponível em: <a href="http://decs.bvsalud.org/cgi-bin/wxis1660.exe/decsserver/?lsisScript=../cgi-bin/wxis1660.exe/decsserver/?lsisScript=../cgi-

bin/decsserver/decsserver.xis¨s=on¨s_language=POR&search_language=p&interface_language=p&previous_page=homepage &task=exact_term&search_exp=Paraplegia>. Acesso em: 31 ago. 2023.

⁴ ROWLAND, L. P. As síndromes causadas por músculos fracos. In: ROWLAND, L. P. Merrit Tratado de Neurologia. 9. ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 1997.

bin/decsserver/decsserver.xis&task=exact_term&previous_page=homepage&interface_language=p&search_language=p&search_exp=O rtopedia>. Acesso em: 05 set. 2023.





III – CONCLUSÃO

- Inicialmente, cabe esclarecer que embora à inicial (Num. 30836169 Pág. 21) tenha sido pleiteada a realização de procedimento cirúrgico, no documento médico mais recente anexado ao processo (Num. 32723380 - Pág. 1), não há solicitação de procedimento cirúrgico, sendo apenas solicitada a avaliação do Autor pela ortopedia para definição do caso. Desta forma, não há como este Núcleo realizar uma inferência segura acerca da indicação da cirurgia requerida, neste momento.
- Isto posto, informa-se que a avaliação em ortopedia está indicada ao manejo do quadro clínico do Autor, conforme consta em documento médico supracitado.
- Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), destaca-se que a consulta pleiteada está coberta pelo SUS, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde -SUS (SIGTAP), na qual consta: consulta médica em atenção especializada, sob o código de procedimento: 03.01.01.007-2. Assim como, distintas cirurgias estão padronizadas no SUS, sob diversos códigos de procedimento.
- No entanto, destaca-se que somente após a avaliação do médico especialista (cirurgião ortopédico) que irá assistir o Suplicante, poderá ser definida a conduta terapêutica mais adequada ao seu caso.
- Para regulamentar o acesso aos procedimentos em ortopedia incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia, prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Ortopedia Regional de cada unidade federada.
- Nesse sentido, no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite as Deliberações CIB-RJ n° 561 de 13 de novembro de 2008⁷ e CIB-RJ n° 1.258 de 15 de abril de 20118, que aprovam a Rede de Traumatologia e Ortopedia de Alta Complexidade no Estado do Rio de Janeiro. Assim, o Estado do Rio de Janeiro conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção ortopédica e suas referências para as ações em ortopedia de média e alta complexidade no Estado do Rio de Janeiro
- O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar

⁸ Deliberação CIB-RJ nº 1.258 de 15 de abril de 2011 que aprova a Rede De Traumatologia e Ortopedia de Média Complexidade no Estado do Rio De Janeiro. Disponível em: . Acesso em: 31 ago. 2023.



bin/decsserver/decsserver.xis&task=exact_term&previous_page=homepage&interface_language=p&search_language=p&search_exp=o rtopedia>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Deliberação CIB-RJ nº 561 de 13 de novembro de 2008 que aprova a Rede de Atenção em Alta Complexidade de Traumatologia e Ortopedia. Disponível em: . Acesso em: 31 ago. 2023.



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde⁹.

- 8. A fim de identificar o correto encaminhamento do Autor aos Sistemas de Regulação, foi realizada consulta à plataforma do Sistema Estadual de Regulação (SER)¹⁰, onde foi identificada solicitação de Consulta Ambulatório 1ª vez em Ortopedia quadril (Adulto), solicitada em 27 de maio de 2022, com situação chegada confirmada atendido, em 22 de julho de 2022, no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad INTO.
- 9. Considerando que o **Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad INTO** está **habilitado** na <u>Rede de Traumatologia e Ortopedia de Média e Alta Complexidade no Estado do Rio de Janeiro</u>, informa-se que é de sua responsabilidade o <u>atendimento integral em ortopedia preconizado pelo SUS e, no **caso de impossibilidade para o atendimento** da demanda, **realizar o encaminhamento** do Autor a uma outra unidade de saúde apta ao atendimento.</u>
- 10. Diante do exposto, embora esteja sendo utilizada <u>a via administrativa para o caso em tela</u>, <u>até o momento não há evidências acerca da resolução do mérito</u>.
- 11. Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde¹¹ **não** foi encontrado Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a enfermidade do Requerente **osteomielite**.

É o parecer.

À 2ª Vara da Comarca de Rio Bonito do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

LAYS QUEIROZ DE LIMA

Enfermeira COREN 334171 ID. 445607-1

RAMIRO MARCELINO RODRIGUES DA SILVA

Assistente de Coordenação ID. 512.3948-5 MAT. 3151705-5

ANNA MARIA SARAIVA DE LIMA

Enfermeira COREN/RJ 170711 MAT. 1292

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe CRF-RJ 10.277 ID. 436.475-02

¹¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT. Disponível em: ">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/sa



4

⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: < http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>. Acesso em: 31 ago. 2023.

¹⁰ Sistema Estadual de Regulação (SER). Histórico do paciente. Disponível em:

https://ser.saude.rj.gov.br/ser/pages/internacao/historico/historico-paciente.seam. Acesso em: 31 ago. 2023.